



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009

Recife, dezembro de 2009



Apresentação

A Defensoria Pública do Estado é um órgão essencial à função jurisdicional do Estado; tem como missão promover o acesso à justiça aos cidadãos hipossuficientes economicamente, contribuindo assim para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e pacífica.

Além dos trabalhos que vem desenvolvendo desde sua fundação há 11 anos, a Defensoria Pública de Pernambuco vem, nos últimos anos, voltando sua atenção para as comunidades carentes, levando cidadania, mediação de conflitos e orientação jurídica, para os menos favorecidos; sendo o defensor público agente transformador no sentido de corrigir as injustiças sociais. Sempre muito atenta aos anseios da população de baixa renda, vem a cada ano ampliando sua área de atuação, não se limitando ao Poder Judiciário Estadual mas, de forma inédita, também, junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Hoje, além das funções clássicas, para os quais a Defensoria sempre foi procurada, estende seus tentáculos em atividades extrajudiciais cada vez mais próximas à população, atendendo-a em todos os graus de jurisdição adentrando por novas searas tais como: núcleos do meio ambiente e direitos humanos. Destacaríamos também a atuação no Tribunal do Júri, na Defesa do Consumidor e na proteção à população carcerária e suas famílias.

O ano de 2009 foi absolutamente decisivo para nossa instituição, nele nos compreendemos como partícipes de uma organização democrática, nele avançamos em nossa missão, nele nos redesenhamos. Cumprimos a grande maioria das metas e agora, pela vez primeira, concluímos nosso relatório de avaliação. Não poderíamos deixar de citar a ilustre professora da Pontifícia Universidade de São Paulo, Doutora Maria Tereza Sadek quando assinala que “Do meu ponto de vista, vocês estão no caminho mais adequado. É muito importante sistematizar e mostrar o que vem sendo feito. Só desta forma a instituição marca presença, conquista espaço e se justifica perante a população e perante o governo. Não há outra alternativa. Caso contrário, o fim que é consolidar direitos e contribuir para a pacificação social torna-se secundário. Tudo o que conheço refere-se ao significado da Defensoria e sua importância na sociedade. São textos teóricos. Em decorrência, o trabalho de vocês é ainda mais significativo. Estão criando uma instituição, apesar das dificuldades.”

Assim, com a consciência do dever cumprido, que a Defensoria encerra mais um ano de atividades.

Nosso compromisso com a população pobre de Pernambuco jamais cessará.

Tereza Joacy Gomes de Melo
Defensora Pública Geral



A Defensoria

Nome: Defensoria Pública do Estado
Natureza Jurídica: órgão autônomo
Data de fundação: 09 de junho de 1998
Endereço da sede: Rua Marques do Amorim, 127
Boa Vista, Recife, Pernambuco.
Site oficial: www.defensoria.pe.gov.br
Telefone: (81) 3182-3700

Defensora Pública Geral:

Dra. Tereza Joacy Gomes de Melo

Subdefensora Pública Geral:

Dra. Marta Brito Alves Freire

Corregedor Geral:

Dr. Braudecy Constantino da Silva

Subdefensor Cível da Capital:

Dr. Ricardo José Trindade Meira Henriques

Subdefensora Criminal da Capital:

Dra. Fernanda Vieira da Cunha Guimarães

Subdefensor Cível e Criminal da Região Metropolitana:

Dr. Marconi Catulo Dourado

Subdefensora Cível e Criminal do Interior:

Dra. Fátima Maria Alcântara do Amaral Meira

Subdefensora de Recursos Cíveis e Criminais:

Dra. Ana Cristina Silva Pereira

Subdefensora de Causas Coletivas:

Dra. Maria Cristina de Araújo Sakaki

Coordenadora de Gestão:

Dra. Elizabete Aguiar da Fonseca

QUADRO DE DEFENSORES PÚBLICOS

Área de Atuação	Quantidade*
Administrativa	11*
Corregedoria	03
Núcleos Cíveis da Capital	47
Núcleos Criminais da Capital	38
Núcleos da Região Metropolitana	54
Núcleos do Interior	90
Núcleo de Defesa do Consumidor e Meio-ambiente	03
Núcleos de Recursos Cíveis e Criminais	04
À disposição de outros órgãos	03
Em mandato classista	01
Com contrato suspenso	01
Total	255

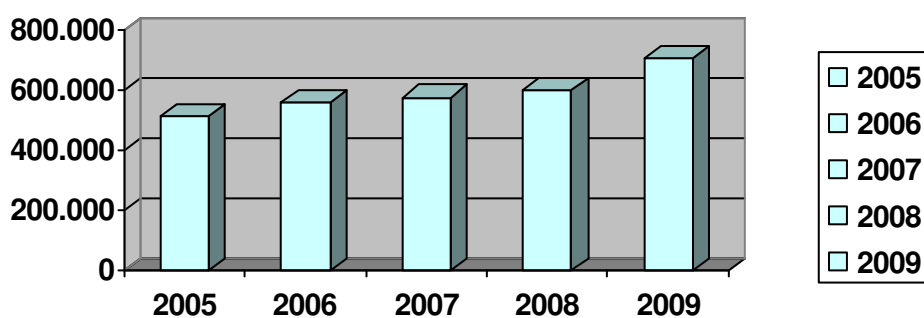
*A área administrativa da Defensoria Pública é composta por:

01 Defensora Geral, 01 Subdefensora Geral, 01 Coordenadora de Gestão, 02 Defensores Assessores e 06 Subdefensores. A Defensora Geral acumula a função de Defensora na Segunda Vara do Tribunal do Júri da Capital e a Subdefensora Geral acumula a função de Defensora no Núcleo de Recursos Criminais.

Do total de **255** defensores públicos conforme quadro acima, **37%** ou seja, **95** defensores acumulam mais de 01 lotação. Isto demonstra a escassez do número de defensores públicos no Estado, o que levou a Defensora Pública Geral e a Subdefensora também a acumular função como alternativa para atender as necessidades da sociedade.

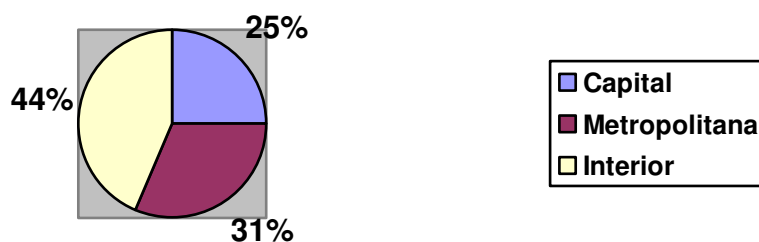
ATENDIMENTOS

Evolução do atendimento de 2005 a 2009 no Estado



O atendimento realizado durante o ano de 2009 teve um acréscimo de 15% em relação ao ano anterior.

Distribuição do atendimento nas regiões do Estado em 2009



Do total de atendimento, o interior destacou-se com 44%, justifica-se por ser uma das regiões mais carente do Estado.

Indicadores de Desempenho da DPE

PERSPECTIVA 1 – ACESSO À JUSTIÇA	Objetivo Estratégico: - Ampliação e Melhoria dos Serviços - Promoção da Cidadania	
	Indicadores	Ano 2009
	1. IUSE- cobertura dos serviços da Defensoria nas comarcas existentes no Estado.	Comarcas existente =151 -> 80%
	2. IIPD - Incremento da produção da DPE em 2009	524.522
	3. IAAE - ampliação das áreas de atuação da DPE	07 Núcleos = 100% +
	4. ICDA - relação entre o nº defensores na ativa e a população alvo	2.997.300 p/ defensor
	5. IAPC - ações relativas à educação da população carente	05
	6. IDPD - conhecimento do papel e dos serviços da DPE	SITE

A tendência de alcance e as variações entre o pretendido e o realizado dos indicadores de 2009 serão descritos a seguir:

1. **IUSE- universalidade dos serviços da DPE no Estado** – Previsão para 2009: **meta parcialmente atingida.**
A realização dos serviços poderia ter sido atingida, caso houvesse um número suficiente de defensores público no quadro da Defensoria.
2. **IIPD - Incremento da produção da DPE em 2009 (área cível)** – Previsão para 2009: **meta parcialmente atingida.**
Com a disseminação da filosofia do planejamento estratégico em toda DPE em 2010, esta meta tenderá a ser atingida na integra.
3. **IAAE - ampliação das áreas de atuação da DPE** – Previsão para 2009: **meta atingida e superada.** Criação dos seguintes núcleos:
 - a. Núcleo de Apoio as Atividades de Júri na Capital, RMR e Interior com a realização de 1.751 júris no ano
 - b. Presença em 121 comarcas
 - c. Ampliação dos serviços do Segundo Grau com aumento do número de atendimentos e primeiras defesas orais perante o STJ
 - d. Plantões Judiciários
 - e. Núcleo de Execução Penal
 - f. Núcleo Avançados de Prevenção Criminal e defesa do preso provisório no estado de Pernambuco
 - g. Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da Associação Caruaruense de Ensino Superior
 - h. Núcleo de Execução Penal da DPE especializada para assistência integral dos presos e seus familiares da região do PRONASCI PE
 - i. Núcleo do Meio Ambiente



j. Núcleo de Tabira-PE

4. **ICDA - relação entre o nº defensores na ativa e a população alvo – Previsão para 2009: meta parcialmente atingida** – 33.277 pessoas por defensor.
Esta meta esta comprometida pela carência do quadro de defensores na DPE.
5. **IAPC - ações relativas à educação da população carente** – Previsão para 2009: **meta atendida e superada**. Implementado os seguintes programas:
 - a. Programa de “Educação Sustentável” – parceria com o MOREPE, com escolas e responsáveis financeiros dos alunos, a DPE atuou como mediadora, num contingente de 7.568 atendimentos.
 - b. Programa de “Idosos Endividados e Superendividados” prestando assistência jurídica na solução de conflitos.
 - c. Programa “Jovem Consumidor” – encontros em instituições educacionais públicas e privadas para conscientização de jovens consumidores, com a participação de 700 alunos.
 - d. Programa “Transparência nas relações de Consumo”- parceria com os PROCONS e representantes de redes de lojas que, oferecem cartões fidelidade. Trabalhada a necessidade de maior critério na distribuição e obrigatoriedade na estipulação da forma de pagamento.
6. **IDPD - conhecimento do papel e dos serviços da DPE** – Previsão para 2009: **meta parcialmente atingida**.
Criação de um site, para divulgação a nível nacional dos serviços e ações da DPE. Para 2010 a previsão é criar outros meios de divulgação que atinja grande parte da população.
Criação do blog da Defensoria de Meio Ambiente

PERSPECTIVA 2 – EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	Objetivo Estratégico: - Garantia dos Direitos dos Cidadãos - Efetivação da Prestação da Assistência	
	Indicadores	Ano 2009
	1. IAQC – ampliação da atuação da DPE em questões coletivas	7.920 atendimentos
	2. IAmP - ampliação de parcerias	07 parcerias
	3. IARS- relacionamento com a sociedade civil	Site / Blog

1. IAQC – ampliação da atuação da DPE em questões coletivas – Previsão para 2009: meta atendida e superada. Realização de:

- a. 7920 atendimentos
- b. 211 acordos (total de pessoas beneficiadas = 60.000)
- c. 3.500 Idosos orientados
- d. 01 mutirão escolar beneficiando 1.230 famílias
- e. Mutirão do Idoso
- f. Mutirão Semana Nacional da Conciliação
- g. Mutirão de Transação Penal
- h. Mutirão das Execuções Penais - masculino e feminino
- i. Mutirão do Juizado Especial
- j. Comunidade de Apoio aos Jovens de Jaboatão – Associação de Catadores de Lixo
- k. Comunidade Casa Amarela – Acionamento da Compesa (qualidade água e esgotamento sanitário)
- l. Projeto Lixo Gera Renda para todos os municípios de PE

2. IAmP – ampliação da parcerias – Previsão para 2009: meta atendida e superada. Realização de parcerias com:

Conselho Nacional de Justiça – CNJ, SERES, Direitos Humanos, TJPE, MPPE, MOREPE, PROCON-PE.

3. IARS- relacionamento com a sociedade civil – Previsão para 2009: meta atendida.

Criação de um site, para divulgação a nível nacional dos serviços e ações da DPE. Para 2010 a previsão é criar outros meios de divulgação que atinja grande parte da população.
Criação do blog da Defensoria de Meio Ambiente

PERSPECTIVA 3 CONSOLIDAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	Objetivo Estratégico: - Fortalecimento da Articulação e Integração Institucional - Ampliação e Otimização dos Recursos Financeiros e Orçamentários	
	Indicadores	Ano 2009
	1. ICRF - ampliação das fontes de recursos financeiros	06
	2. ICPO - participação no orçamento em relação às instituições do sistema de justiça – DPE/TJPE x 100 DPE/MPPE x 100	R\$ 20.477.600,00 TJPE=3,20% MPPE=9,28%

1. **ICRF - ampliação das fontes de recursos financeiros** – Previsão para 2009: meta atendida. Captações de recursos financeiros obtidos das seguintes fontes: Programa Pacto pela Vida, PRONASCI, DEPEDDIM, Secretaria Especial da Mulher, DEPEN, MJ
2. **ICPO - participação no orçamento em relação às instituições do sistema de justiça** – Previsão para 2009: meta não atendida.
 - a. **DPE/TJPE = 3,202**
 - b. **DPE/MPPE = 9,29**

PERSPECTIVA 4 – APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL	Objetivo Estratégico: - Valorização das Pessoa - Modernização da Gestão - Ampliação e Melhoria da Infra-Estrutura	
	Indicadores	Ano 2009
	IMSG - grau de cumprimento do plano de gestão	70%
	IIFO - melhoria da infra-estrutura física e operacional	09 Núcleos

1. **IMSG - grau de cumprimento do plano de gestão** – Previsão para 2009: meta parcialmente atendida. As ações realizadas previstas no plano de gestão para o biênio 2009/2010 atingiram um nível de 70%.
2. **IIFO - melhoria da infra-estrutura física e operacional** – Previsão para 2009: meta atendida. Realizada reestruturação nos Núcleos de Garanhuns, São Lourenço, Tabira, Casa Amarela, Subdefensoria de Recursos, Anexo da DPE, Casa do Interior, Afogados e Olinda

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este resultado vem a ratificar a primeira avaliação, quando consideramos **satisfatório** o índice 48% obtido em setembro. Naquele momento, ressaltamos a necessidade do comprometimento e da participação de todos, para conseguirmos um melhor desempenho.

Nesta segunda avaliação, a DPE alcançou o índice de **70%** de realizações do que foi programado no Plano de Gestão 2009-2010, revelando um crescimento importante para a instituição, pois representou uma mudança no comportamento de todos envolvidos principalmente os gestores responsáveis pela transformação da instituição.